



**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**BRUNA ALVES SANTOS**

**OS 25 ANOS DOS ACORDOS DE OSLO I (1993)  
Debates, perspectivas e análise sobre a viabilidade da paz entre Israel-Palestina**

BRUNA ALVES SANTOS

**OS 25 ANOS DOS ACORDOS DE OSLO I (1993)**  
**Debates, perspectivas e análise sobre a viabilidade da paz entre Israel-Palestina**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã – FADIC, em cumprimento à exigência para obtenção do título de Bacharel.

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Thales  
Cavalcanti Castro.**

Recife  
2018

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB/4/2116

S237a Santos, Bruna Alves.  
Os 25 anos dos acordos de Oslo I (1993): debates, perspectivas e análise sobre a viabilidade da paz entre Israel-Palestina /Bruna Alves Santos. – Recife, 2018.  
45f.: il. color.

Orientador: Prof. Dr. Thales Cavalcanti Castro.  
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2018.  
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Israel. 3. Palestina. 4. Acordos de Oslo. 5. Paz. 6. Resolução de conflito. I. Castro, Thales Cavalcanti. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2019-213)

Dedico este trabalho aos meus pais, Flávia e Miguel, e minha irmã, Bianca.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a meus pais, Flávia e Miguel, que me guiaram nessa longa jornada e me proveram com tudo necessário para que aos 21 anos de idade eu esteja concluindo meu primeiro curso de graduação. Sem eles nada seria, e a eles devo tudo. Gostaria também de agradecer à minha única irmã, Bianca, a quem amo profundamente e a quem agradeço profundamente pelo carinho, cuidado e cumplicidade de sempre.

Também gostaria de agradecer a meu orientador, Thales Castro, que confiou em mim para este desafio e confiou na minha capacidade a todos os momentos, sem exceção. O meu muitíssimo obrigada à meus colegas de universidade que durante esses quatro anos me ensinaram muito mais do que poderia imaginar, principalmente ao meu amigo Roberto Dutra me que ajudou em momentos de necessidade e na formatação desta monografia; também à minha amiga Catharina Cunha, que fez de mim uma confidente e em muito me ajudou nesses quatro anos de convivência. Também gostaria de agradecer à minha amiga Eduarda Lacerda, que foi minha amiga e confidente desde o primeiro ano de convivência.

Gostaria de agradecer também a todos os meus professores que me ajudaram nessa jornada, me impulsionando e sempre se fazendo disponível, dentre eles cito Jeanete Viegas, Luciana Lira, Luís Emanuel, Lytiene Rodrigues, Pedro Soares, Elton Gomes, Déborah Werner, Joyce Ferreira, Maurício Wanderley, Rodrigo Santiago, novamente Thales Castro, e todos os outros que participaram desses quatro anos de convivência acadêmica.

Também dedico este trabalho a Augusto Carlos, com quem convivi durante os quatro anos estudando na graduação, e quem me ajudou em tudo e segurou minha mão sempre que preciso.

Agradeço também à Universidade de Tel Aviv por em tanto ter me ensinado e acrescentado para essa monografia, especialmente à professora Chelsi Mueller, a quem devo muito da minha referência bibliográfica e certamente me serviu como inspiração.

Também gostaria de agradecer às minhas melhores amigas Rafaela Duarte, Gabriela Brito, Camila Martinelli e Georgia Burton e aos meus melhores amigos Rafael Andrade, Marcelo Wasem, Elisa Arraes e Victor Mendes, que em muito me ajudaram nessa jornada, seja no começo ou no fim desta.

## RESUMO

Desde a declaração da independência do território de Israel e o Plano de Partilha da ONU do território que antes era parte do mandato britânico da Palestina, as relações entre Israelenses e Palestinos, que já não eram das mais pacíficas, se tornaram extremamente conflituosas e conturbadas. Foi apenas no ano de 1993 que Israel veio a ser reconhecido como Estado Soberano por parte da Autoridade Palestina, em troca do reconhecimento Israelense da Organização de Libertação Palestina (OLP) da Autoridade Palestina como representante legal do povo da palestina. Esse reconhecimento mútuo foi fruto do primeiro acordo realizado verdadeiramente entre os dois povos sem a inclusão de terceiros para as negociações, e foi considerada a tentativa mais próxima de uma solução pacífica para os dois povos vizinhos. Esse trabalho tem por objetivo a análise desse acordo e o entendimento de sua falha, assim como 25 anos depois do acontecimento tenta traçar um paralelo com a possibilidade de paz na região e os principais obstáculos para esta.

**Palavras-chave:** Israel. Palestina. Acordos de Oslo. Paz. Resolução de Conflito.

## **ABSTRACT**

Since the declaration of independence of the Israeli territory and the division Plan elaborated by ONU of the lands which belonged to the British mandate over Palestine, the relations between Israel and Palestine that were already troubled, became even more chaotic and full of conflicts. Only in 1993 Israel got recognised as a State by the Palestine Authority, in exchange for the Israeli Recognition of the PLO (Palestine Liberation Organisation) as the legal authority of the Palestine people. This mutual recognition was the result of the first treaty truly made between the two populations without the interference of third parties, and was considered the closest attempt of a pacific conclusion for the conflict. This work aims to analyse this treaty and the reasons for its failure, as well as, 25 years after the meetings, tries to trace a parallel with the possibilities of peace in the region and the main obstacles to it.

**Keywords:** Israel. Palestine. The Oslo Accords. Peace Resolution. Negotiation.

## LISTA DE MAPAS

Figura 1. Mapa do Estado de Israel e da Palestina após a Guerra de Independência (1947-1949).....	14
Figura 2. Mapa de Israel depois da Guerra de 1967.....	17
Figura 3: Mapa da região do West Bank depois de Oslo II.....	35
Figura 4: Mapa da Bacia do Rio Jordão.....	46
Figura 5: Mapa de Jerusalém hoje.....	47

## **LISTA DE SIGLAS**

ONU – Organização das Nações Unidas

OLP – Organização da Libertação Palestina

URSS – União Soviética

PIB – Produto Interno Bruto

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
REVISÃO DE LITERATURA.....	2
<b>1    PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DO CONFLITO ÁRABE- ISRAELENSE E FATOS DOMÉSTICOS E INTERNACIONAIS QUE LEVARAM À FORMAÇÃO DE UM ACORDO DE PAZ EM 1993.....</b>	<b>5</b>
1.1    Histórico do Conflito Árabe-Israelense.....	5
1.2    O Renascimento da Identidade Palestina.....	11
1.3    O Caminho para o Amadurecimento dos acordos de Oslo.....	13
<b>2    OS ACORDOS DE OSLO.....</b>	<b>20</b>
2.1    O Caminho para a Declaração de Princípios.....	20
2.2    A Declaração dos Princípios.....	23
2.3    A Morte de Rabin e o Desmantelamento de Oslo.....	28
<b>3    ANÁLISE REALISTA E LIBERAL DA FALHA DOS ACORDOS DE OSLO I E ANÁLISES E DEBATES DA PERSPECTIVA DE PAZ NA REGIÃO HOJE.....</b>	<b>30</b>
3.1    Abordagens Realistas e Liberais sobre a Guerra.....	30
3.1.1    Liberalismo e Guerra.....	30
3.2    Uma análise Liberal da Falha dos Acordos de Oslo.....	31
3.3    Uma Abordagem Realista da Falha dos Acordos de Oslo.....	32
3.3.1    A abordagem da perspectiva realista em relação à região do Oriente Médio e como isso afeta o relacionamento entre Israel e Palestina.....	35
3.3.3    A Problemática da Democratização no Oriente Médio.....	36
3.4    Debates e Perspectivas de Paz entre Israel e Palestina 25 Anos Depois dos Acordos de Oslo I.....	36
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre os Acordos de Oslo de 1993 e analisa seu contexto, acontecimento e falha, traçando um paralelo sobre os vinte e cinco anos do seu acontecimento e no que este influenciou na relação entre o Estado de Israel e a Palestina. Neste trabalho buscou-se avaliar em linhas gerais os desfechos políticos e históricos dos Acordos de Oslo I para a região de Israel e da Palestina, analisando sua falha e possibilidades futuras de paz entre os dois povos.

No primeiro capítulo busca-se avaliar o contexto histórico do conflito Israelense e Palestino e as mudanças políticas e estratégicas de balança de poder que levaram os dois povos a estarem dispostos à uma negociação e possível resolução de conflito, fato inédito na história daquela região. Primeiro com a criação do Estado de Israel e a intensificação do conflito entre os dois povos, descrevendo o que o plano de partição da ONU e as declaradas linhas de Armistício significaram para o território palestino e a emergência de um Estado Judeu.

Depois, procuro analisar a Guerra dos Seis Dias, ou também chamada Guerra de 1967, que foi decisiva para o entendimento da atual conjuntura do cenário conflituoso na região, à medida que Israel conquista territórios antes pertencentes à Palestina. Seguindo a cronologia, a Guerra do Yom Kippur é o próximo tópico, esta que também foi uma Guerra de importância significativa para a localidade sendo a última grande guerra que contou com a coalização total dos países árabes contra Israel.

Neste mesmo capítulo, utilizo de uma abordagem neorrealista de análise das relações internacionais, onde analiso no âmbito doméstico, regional e internacional o que levou ao amadurecimento dos acordos de Oslo, primeiramente na perspectiva israelense, depois na perspectiva palestina e por último em uma perspectiva internacional.

Na análise doméstica palestina os tópicos abordados são o: renascimento da identidade palestina, que é um dos tópicos de maior importância abordados no capítulo à medida que este renascimento se classifica como força essencial para a ideia da formação de um Estado Palestino, que vem acompanhado logo depois dos fatos que levaram ao amadurecimento dos acordos de Oslo,

sendo estes a: primeira intifada que eclodia; o surgimento do HAMAS, grupo de resistência palestina e a desintegração da Jordânia do West Bank.

Na análise doméstica Israelense, a eclosão da primeira intifada, a Guerra do Golfo e a eleição de Rabin são pontos chaves para o entendimento da perspectiva de Israel. Enquanto na análise internacional é essencial o entendimento do contexto do fim da bipolaridade para o acontecimento de Oslo.

No segundo capítulo analiso o acontecimento dos Acordos de Oslo. No primeiro tópico, examinando os fatos imediatos que levaram a este acontecimento e como todo o processo começou.

No segundo tópico analiso a declaração de princípios, principal documento gerado nos acordos de Oslo, e o que esta estabelecia para uma solução de paz entre os dois povos, dividindo o mesmo tópico em subtópicos, onde analiso a primeira e a segunda fase dos Acordos de Oslo. Finalizo o capítulo falando do assassinato do Primeiro Ministro Israelense, Yitzhak Rabin, e o que isso significou para o desmantelamento do processo de paz.

No terceiro capítulo analiso as falhas das conversas de Paz de Oslo sobre uma perspectiva primeiramente liberal, e depois sob uma perspectiva realista. Primeiro explico o que significa paz e guerra nas correntes teóricas das relações internacionais realista e liberal, e depois estabeleço link e relação direta com as falhas das negociações de Oslo. Por último, faço uma análise da viabilidade de paz na região e debato as principais razões do conflito na região nos dias de hoje.

## **REVISÃO DE LITERATURA**

Segundo Gelvin (2014),

O que fez das negociações de Oslo algo revolucionário foi sua configuração: em vez de organizar Israel e seus vizinhos como fora feito em Rodes ou em outras conferências, o formato escolhido por Oslo colocava Israelenses e Palestinos para negociar frente a frente pela primeira vez. Reduzindo o conflito ao seu nível mais elementar um conflito entre duas pessoas, sendo que ambas reivindicavam o direito de habitar e controlar toda a palestina, ou ao menos parte dela as negociações de Oslo fecharam o círculo do conflito que já duravam um século.

Os acordos de Oslo tiveram seu pontapé inicial nos anos 90, devido a múltiplos fatores que corroboraram para que ele fosse definido no ano de 1993. Anita Shapira define a década de 90 como “A Década da Esperança”. “O mundo todo estava eufórico frente a essa cena que anunciava uma nova era no Oriente Médio.” (SHAPIRA, 2012).

Esse trabalho busca entender desde seus antecedentes históricos até sua perspectiva atual, 25 anos depois, o que foi que levou os acordos de Oslo de 1993 a acontecerem, e cinco anos depois a entrarem em declínio.

Benny Morris argumenta no seu livro “The Birth of the Palestinian Refugee Problem Revisited” que os acordos de Oslo de 1993 tiveram como princípio do processo as condições que rodearam a região de Israel e os territórios ocupados da palestina nos anos 90. Na perspectiva Israelense, os principais motivos iam desde a eleição do primeiro ministro israelense do partido trabalhador até a eclosão da primeira intifada.

Israel also had its own reasons to meet the PLO at the table. Israel under Yitzhak Rabin, the Prime Minister as of the Labor Victory in early 1992, saw its place in the region in the center of concentric circles, which required a strategy of peace, Rabin’s analysis was as follows: Israel needed peace with the Arab states that were on its Syria, Lebanon, Jordan and the Palestinians. Rabin seriously believe in the urgente need for progress in the peace process with Israel’s neighbors that did not have peace with Israel yet (MORRIS, 2004).

Nas perspectivas de Whalid Khalid e Illan Pappé, Israel via em Oslo mais uma forma da perpetuação do que Pappé chama de “*Ethnic Cleansing*” – *a form of genocide, in which one population group systematically kills another*. “Oslo was meant to allow the Israelis to perpetuate this matrix of partition and control for a very long period (PAPPE, 2013). Os dois autores não acreditam na perspectiva de dois Estados para dois povos. Para estes, Israel é um Estado ilegítimo desde seus princípios, e então não existe espaço para negociação. Sendo Oslo, então, incapaz de estabelecer um apaziguamento no conflito.

Avi Shlaim faz uma análise do conflito árabe israelense em seu livro “A Muralha de Ferro – Israel e o Mundo Árabe”, onde faz uma análise relativamente neutra do conflito, ressaltando os erros cometidos tanto pelo lado israelense quanto pelo lado palestino, sem distinção; uma análise neutra e crua da realidade vivida na palestina. Avi Shlaim diz:

No processo de implementação do acordo de Oslo, Yitzhak Rabin começou a tratar Yasser Arafat como um parceiro no caminho para a paz. Os dois líderes tinham visões bastante diferentes sobre o acordo. As negociações para determinar a situação final dos territórios ocupados estavam programadas para ter início no dia 4 de maio de 1996. É impossível saber como Rabin teria administrado essas negociações, porque ele foi vítima de um assassinato político. (SHLAIM, 2004)

Na perspectiva de análise teórica dos acordos de Oslo de 1993 utilizo a análise teórica de Jonathan Rynhold em seu artigo “Liberalism and the Collapse of the Oslo Peace Process in the Middle East, onde este traz a seguinte análise em sua conclusão:

When the Oslo process collapsed, liberals explained this situation primarily as a failure of implementation. However, according to the realist approach adopted here, the Oslo process did not collapse because of botched implementation, but rather because the Israeli-Palestinian conflict was not ripe for resolution. The agreement on mutual recognition was hollow because its practical meaning revealed large gaps in how the parties defined their core interests. This destructive ambiguity led to mutual distrust. Against this background, economic integration failed to generate support for the peace process. Economic integration actually increased friction and placed additional political obstacles in the way of compromise by empowering terrorists and settlers. Under these conditions, the liberal processes designed to secure conflict resolution were overburdened, leading to the collapse of the Oslo peace process, ultimately exacerbating the conflict. (RYNHOLD, 2009)

Este trabalho busca explorar as diferentes visões, dos diferentes autores, cada um inserido em seu contexto, fazendo uma análise 25 anos depois do acontecimento.

# 1 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DO CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE E FATOS DOMÉSTICOS E INTERNACIONAIS QUE LEVARAM À FORMAÇÃO DE UM ACORDO DE PAZ EM 1993

## 1.1 Histórico do Conflito Árabe-Israelense

Este tópico do capítulo será dividido em 4 subtópicos: A Guerra de 1947 e a Nacionalização do Canal de Suez (1.1.1); A Guerra de 1967 (1.1.2); A Guerra de Yom Kippur (1.1.3); e Os Acordos de Camp David (1.1.4). Estes eventos foram organizados de forma cronológica e se fazem essenciais para o entendimento do panorama histórico do conflito Árabe-Israelense, que culmina nos acordos de Oslo de 1993, sujeito de análise de tese.

### 1.1.1 Guerra da Independência (1947-1949) e Nacionalização do Canal de Suez (1956)

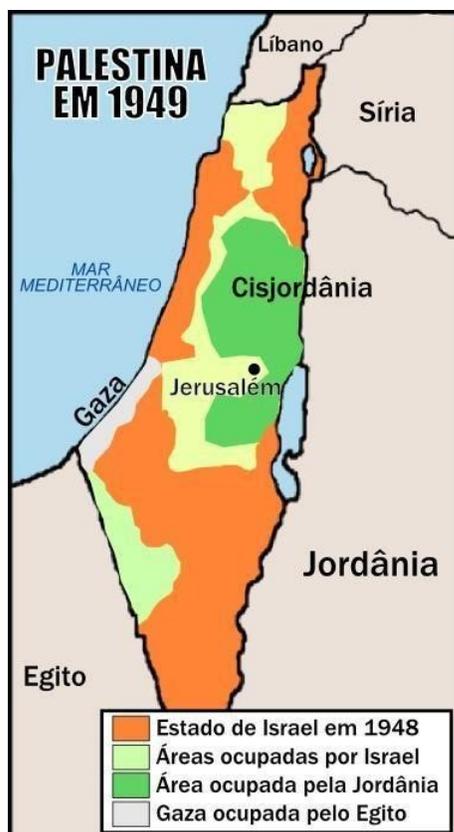
“No dia 29 de novembro de 1947, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a resolução do estabelecimento de um Estado Judeu em Eretz- Israel; a Assembléia Geral requereu aos habitantes de Eretz-Israel tomarem as medidas necessárias para a implementação desta resolução. Este reconhecimento das Nações Unidas pelo direito de o povo judeu estabelecer o seu Estado é irrevogável.” (DECLARAÇÃO DA INDEPENDENCIA DE ISRAEL, 1948)

No dia 14 de Maio de 1948 Ben Gurion, futuro primeiro ministro israelense anuncia, no Museu Nacional de Tel Aviv, a declaração de independência do Estado de Israel. Esse evento marca o ponto de virada para a eclosão da Guerra de 1948, quando forças árabes do Egito, Líbano, Iraque, Síria e Jordânia marcham para a região da palestina. Essa foi a primeira vez que a Liga Árabe, de fato, se forma para defender o Estado Árabe-Palestino, e proclama guerra ao recém declarado Estado de Israel.

O plano de partição, aprovado na Assembleia das Nações Unidas, com 33 votos favoráveis, 13 contrários e 10 abstenções, deu início oficial ao conflito armado entre os Israelenses e Árabes Palestinos. O “*Haganah*” (organização militar israelense anterior à formação de Israel como Estado) entra em conflito com a população civil árabe, que mais tarde viria a formar o Exército de Liberação Palestino sob a liderança de Fawzi al-

Mais de 900 mil árabes saíram em busca de refúgio por terras as quais haviam sido incorporadas pelo estado de Israel. A guerra chega ao fim no dia 10 de março de 1949 com os acordos de Armistício Israelo-Árabe (1949), assinados entre Israel e seus países árabes vizinhos. Nos acordos, estabeleceu-se o que vem a se chamar de **Linha Verde**, também denominada Linha do Armistício, que dividia Israel e o território do West Bank, que na época fazia parte do Estado da Jordânia.

**Figura 1. Mapa do Estado de Israel e da Palestina após a Guerra de Independência (1947- 1949)**



Fonte: [brasilecola.uol.com.br](http://brasilecola.uol.com.br)

O mapa acima mostra com clareza o que ficou estabelecido como território israelense e território da Palestina, agora ocupada. Podemos ver que a faixa de Gaza continua estabelecida dentro do território Egípcio, a Cisjordânia (o que hoje se chama de West Bank) ainda fazia parte do território da Jordânia, e Jerusalém se encontrava como “território internacional”, estabelecida pela ONU em 1948.

No ano de 1951, rei Abdullah da Jordânia sofreu atentado e foi assassinado, este

o que causou uma ainda maior tensão nas relações Israel-Liga Árabe, e com a subida ao poder de Abdul El Nasser no Egito no ano de 1952, os conflitos entre os dois povos não tendiam a melhorar. Então, em 1953, Israel ataca a Jordânia, e essa invasão resulta 66 mortes israelenses. Já no ano de 1955, Israel invadiu um posto militar do Egito na Faixa de Gaza, que culminou na morte de 38 soldados. Esses acontecimentos apenas fomentaram um cenário ainda mais catastrófico e em constante iminência de conflitos.

Nasser teve um papel fundamental no crescimento do sentimento nacionalista árabe, isto é, este foi considerado o fundador do Pan Arabismo, o qual baseia-se no princípio de que: deveria existir uma cultura em comum, e uma irmandade extremamente exacerbada entre os Estados Árabes, que necessitavam trabalhar juntos, com o propósito de ampliarem suas visões e alinharem os seus posicionamentos políticos (MUELLER, 2018).

Em 1956, Nasser nacionaliza o Canal de Suez, antes pertencente ao mandato Britânico-Francês. O ato culmina na Guerra do Canal de Suez, no ano de 1956, na qual se forma uma coalizão entre Israel-França-Inglaterra com o objetivo de tomar de volta o canal, agora nacionalizado. Apesar de não saírem vitoriosos, os israelenses, que foram os primeiros a atacar, impressionam o cenário político mundial ao demonstrar sua força de combate ao derrotarem as tropas Egípcias em primeiro plano.

Após a batalha de Suez, anos de relativa paz seguem o cenário Árabe-Israelense, que somente é quebrada em junho de 1967, quando a Guerra que viria a ser chamada Guerra dos Seis Dias, eclodiu, esta que mudou completamente o cenário do Oriente Médio até os dias de hoje.

#### A Guerra dos Seis Dias

Em 1966, o Egito e a Síria assinam o pacto de defesa mútua; em maio de 1967, a Jordânia também passa a integrar o pacto. Nasser, que avocava pela unificação do mundo árabe sobre sua liderança, no mês de maio daquele ano, havia fechado o Estreito de Tiram aos israelenses, motivado por falso relatório que havia sido entregue pelos russos, os quais indicavam que os israelenses estavam concentrando tropas na fronteira com a Síria. A realidade por trás dessa ação da então União Soviética ainda hoje divide opiniões acerca de sua intencionalidade, ou se figuraria apenas como um erro da inteligência soviética.

Ao Sul, os soldados israelenses se encontravam cercados por 150 mil soldados egípcios; ao leste e nordeste, totalizavam 300 mil jordanianos, sírios e iraquianos. Israel contava com 50 mil soldados no exército ativo e mais de 215 mil soldados na reserva. A opção estratégica israelense de não esperar o inimigo atacar, e atacar primeiro, garantiu sua vitória, com a destruição em apenas 30 minutos de mais de 90% da força aérea egípcia.

Ao serem pegos de surpresa, os egípcios, sobre o comando de Nasser, recuaram depois de 2 dias de luta, mas o fizeram de forma despreparada e desorganizada, culminando então na morte de mais de 10 mil soldados egípcios. Em síntese, em apenas três dias de luta, o exército israelense alcança o Golfo e o Canal de Suez, capturando toda a península do Sinai e cercando o que sobrou do exército egípcio na região.

Nasser, ao perceber a derrota de seu exército, manda relatórios falsos para os iraquianos, jordanos e sírios. Estes resultam em uma verdadeira carnificina e destruição de quase toda a força aérea do Rei Hussein, do Iraque.

Seis dias após o começo da guerra, Israel havia conquistado toda a Península do Sinai, a faixa de Gaza, as Colinas de Golã e alguns outros territórios pertencentes à Síria e à Jordânia. Enquanto de um lado foram mil soldados israelenses mortos e 4.500 feridos, do lado árabe o número de mortos se multiplicou por mais de quinze vezes, com 20 mil feridos e 10 mil capturados.

**Figura 2. Mapa de Israel depois da Guerra de 1967**



Fonte: [historiaufp.blogspot.com](http://historiaufp.blogspot.com)

O principal impacto do fim da guerra de 1967 foi o crescimento da impopularidade de Nasser no Egito. O ideal do Pan-Arabismo, que estava em alta, terminou por decair no período pós-guerra. A comunidade Internacional aprovou na Assembleia das Nações Unidas a Resolução 242, uma das únicas resoluções aprovadas que foi favorável ao Estado de Israel até os dias atuais. Esta estabeleceu os princípios para o processo de paz entre os árabes e israelenses, onde foi mais compreensiva dos interesses do Estado de Israel (MORRIS, 2004). Israel concordaria em se retirar dos territórios ocupados, com a condição de que os Estados Árabes fizessem paz com Israel.

Ao mesmo tempo que a resolução condena veementemente a ideia da aquisição de terra por guerra, este requisito estava diretamente ligado ao ideal de busca pela paz entre os Estados em questão como requisito. Claramente, com a recusa da maioria dos Estados Árabes, Israel não abriu mão da maioria dos territórios recém ocupados. “Os israelenses, que entraram na guerra com muito receio e medo de uma possível perda e destruição, depois da guerra foram tomados pela felicidade e “brilho” de sua vitória magnífica” (MORRIS, 2004).

aceitação pelos Estados Árabes, como o Egito e Jordânia, da resolução 242, que tinha como requisito a aceitação da paz com Israel, o que marcou uma mudança abrupta das atitudes tradicionais dos Estados Árabes em relação a novo Estado. Este foi o começo da vontade de países como o Egito e a Jordânia de fazer as pazes com Israel (MORRIS, 2004)

### 1.1.2 A Guerra de Yom-Kippur (1973)

A guerra de Yom Kippur foi a última grande guerra que conteve total envolvimento da coalização dos países árabes contra Israel. A guerra de 1967 havia deixado o Estado de Israel e seus cidadãos com a falsa ideia de serem, de certa forma, invencíveis. Com a perda de quase um terço do seu território e a morte de Nasser em 1970, os anos de 1971 e 1972 foram marcados por esforços diplomáticos por parte do Egito para obter de volta a península do Sinai, perdida na Guerra de 67. Estes foram falhos, e em 1972, o Egito, agora governado por Anwar Al Sadat, exigiu que Israel desocupasse a Península do Sinai.

O exército egípcio, antes quase que dizimado na guerra dos seis dias, com a ajuda da União Soviética, havia se recuperado, e se encontrava em situação mais fortalecida do que nunca. Sadat busca apoio para atacar Israel, fazendo dezenas de viagens diplomáticas em um período de seis meses, o que terminou tendo como consequência para Israel o seu isolamento diplomático.

Henry Kissinger, na época secretário de Estado do presidente Reagan, lançou propostas para ambos os países, mas ambos os lados não conseguiram chegar a um acordo. No dia 6 de outubro, no dia do feriado sagrado Judeu do Yom Kippur, os israelenses foram pegos de surpresa pelo exército árabe. Apesar de, inicialmente, uma vitória árabe parecer eminente, Israel conseguiu inverter a situação ao seu favor, e no final de outubro, um cessar fogo foi concordado pelas duas partes.

O Egito se encontrava em uma posição de extrema fragilidade, todo seu exército havia sido reconstruído com grande ajuda da União Soviética, e quando perde a guerra ao seu adversário, Israel, que era patrocinado pelos Estados Unidos, o Egito começa a se isolar diplomaticamente da União Soviética, e a relação entre os dois esfria.

Apesar da vitória, Israel, que havia criado uma visão utópica de defesa após a Guerra de 1967, agora se encontrava em posição mais fragilizada e sofrido muitas perdas

de conflito entre os dois Estados, a Guerra de *Yom Kippur* leva a diversas negociações, que em 1978 culminam nos Acordos de *Camp David* (1978).

### 1.1.3 Os Acordos de Camp David (1978)

Após 30 anos de conflito, existiam mais de 700.000 refugiados da antiga Palestina-Britânica. Após a guerra de *Yom Kippur*, em 1974, a necessidade de paz entre ambos os países se intensificou, e em 1974 o Primeiro Israelo-Egípcio “*Disingament Agreement*” foi assinado, onde Israel devolve parte da Península do Sinai de volta para o Egito.

Em 1975, Sadat viajou para os Estados Unidos e em 1977 para Israel, mostrando sua boa vontade em negociar, e possivelmente reconhecer, o país vizinho. Em 1978, sob a mediação do então presidente estadunidense, Jimmy Carter, os dois líderes, Anwar Al Sadat e Menachem Begin, primeiro ministro de Israel, chegam a um acordo final, onde Israel concorda em ceder a Península do Sinai para o Egito, e o Egito devolve a Israel a permissão para usar o canal de Suez para suas relações comerciais, assim como também reconhece Israel como um Estado Soberano. Esta foi a primeira vez que um país Árabe reconheceu o Estado de Israel como um país legítimo e soberano.

Em 1979, a Liga Árabe expulsou Egito de sua coalizão, e dois anos depois, Sadat foi assassinado por um radical árabe que não aceitou sua postura de negociação com o Estado israelense. Os acordos de “*Camp David*” deram uma primeira estrutura para que acordos de paz fossem firmados no futuro, isto é, foi um primeiro passo para os acontecimentos de Oslo em 1993.

## 1.2 O Renascimento da Identidade Palestina

A identidade palestina se caracteriza como uma força motriz para o ideal da formação de um Estado Palestino para aqueles que estão associados, político ou historicamente, com o território.

A crise dos refugiados no pós-guerra da Independência de Israel, fez com que uma grande quantidade de palestinos fosse em busca de refúgio no país vizinho, principalmente na Jordânia. Contudo, o Estado jordaniano não tinha interesse algum na manutenção da identidade palestina (MORRIS, 2004). Quando Nasser, no Egito, se

posicionou favorável ao renascimento da identidade palestina, os jordanianos (juntamente com os israelenses, por razões óbvias), se posicionaram de forma contrária.

Os palestinos eram sem dúvidas grandes admiradores de Abdul Nasser, e realmente acreditavam que a revolução árabe seria liderada por Nasser, com o objetivo da liberação e união do povo árabe (MORRIS, 2004). Porém, depois da Guerra do Canal de Suez, o medo de que Nasser não fosse conseguir concretizar o ideal do Estado Palestino se tornou constante, porque mesmo que Egípcios houvessem saído vitoriosos contra a o Império Britânico e a França, o mesmo não aconteceu nos quatro dias de invasão por parte de Israel, o que deixou claro, para os Árabes, o posicionamento e capacidade militar israelense.

Era de fato crítico que se preservasse a identidade palestina para que houvesse sucesso no conflito com Israel, e então a necessidade entre os palestinos de criar uma organização política palestina (que não fosse parte da Liga Árabe), emergiu. A grande questão é que o problema dos refugiados palestinos não se limitava a uma crise de refugiados que necessitavam de apenas ajuda humanitária e abrigo, se tratava dos direitos nacionais dos Palestinos e do direito destes de retornar para sua terra natal (MORRIS, 2004).

Surge então, no mundo árabe, duas organizações: a primeira sendo uma organização palestina clandestina e autônoma, que tinha o objetivo de se organizar politicamente para um conflito palestino independente; a outra foi o ressurgimento e fortificação do Pan-Arabismo para trazer a identidade palestina de volta à tona, através da Liga Árabe.

Em 1964 então, foi estabelecida pela Liga Árabe a Organização para Liberação da Palestina (OLP), sob o comando de Ahmad al-Shuqary. Nasser, no Egito, que não via positivamente a formação da OLP, acreditava que a ideia da criação da organização tinha seu objetivo no controle do renascimento da identidade palestina, e não na ideia de delegar aos palestinos as decisões e escolhas das questões e do território em pauta.

Os Jordanianos aceitaram a criação da OLP por interesses próprios, mas assim que estabelecida, a OLP já fez demandas para a Jordânia, visto que a maioria dos palestinos se encontravam vivendo no território do West Bank, na época parte da Jordânia. Então, a OLP, para representar o povo palestino, tinha que ter sua sede no West Bank. O problema

uma base indispensável de operações. Para os Jordânicos, as demandas da OLP significavam a erosão e eventual diminuição da soberania jordânica, já que os palestinos estavam “basicamente” pedindo para que os jordânicos aceitassem uma entidade palestina independente que operasse dentro das fronteiras jordânicas. E isso, os jordânicos obviamente jamais aceitariam. (MORRIS, 2004).

Enquanto a OLP se estabelecia sob comando da Liga Árabe, uma organização independente e clandestina dos próprios Palestinos emergia, onde a mais importante e mais duradoura foi o Fatah. Através da União Geral dos Estudantes Palestinos, organizadas por palestinos, na época jovens, como Yasser Arafat, depois de perceberem as limitações de Abd Al-Nasser, se organizaram para lutar contra Israel.

Com a quebra da União da República Árabe (Egito e Síria), os palestinos perderam ainda mais a esperança de depender de terceiros para conquistar o que se almejava, e então buscaram formar uma organização própria. “Esse desapontamento com os Estados Árabes requereu autonomia política e organizacional. Isso motivou os palestinos para garantir o que eles chamavam de “independência de decisão”, ou em árabe, “istiqlal al-qarar” (MORRIS, 2004).

A ideia do Fatah (ou também chamado de Al-Fatan) era a de estabelecer uma organização palestina que decidisse pela região, e de forma independente dos estados árabes. Como o Fatah, existiam diversas organizações independentes, mas a organização estrutural era escassa, então a maioria se extinguiu. No ano de 1968, a Fatah se junta à Organização de Libertação Palestina (OLP).

### **1.3 O Caminho para o Amadurecimento dos acordos de Oslo**

Para analisar o caminho para o que se denomina de “*ripeness*”, ou amadurecimento, das negociações que culminaram nos acordos de Oslo, neste trabalho será utilizada a perspectiva de análise das relações internacionais estabelecida por Kennet Waltz (neorrealista), onde analisarei o acontecimento em dois âmbitos (figuras): o âmbito doméstico (segunda figura), de ambos a Palestina como Israel, e o âmbito regional e internacional (terceira figura).

- A primeira Intifada (1987)

Em árabe, a palavra intifada significa “sacudir”. Em português, uma das definições da palavra é a de “Sacudir o jugo, libertar-se”, e a que mais se adequa à situação em questão. Um poema intitulado “Crianças brincando com Pedras” por Nizar Qabbani (1994), resumiu o que a intifada representou para os árabes palestinos:

Com pedras nas mãos,  
Eles desafiam o mundo  
E vêm a nós como boas-novas.

Eles transbordam ódio e amor, e eles caem

Enquanto nós permanecemos como um  
bando de ursos:

O corpo blindado das mudanças do clima.

Como ostras, sentamos em um café,  
Um caça negócios de sucesso Outro  
mais um bilhão  
E uma quarta esposa

E seios polidos pela civilização.

Um observa Londres de uma sublime  
mansão

Um trafica armas

Um busca revanche nas boates

Um planeja a conquista de um exército  
particular

E de um principado. Ah,  
geração de traição,  
De homens indecentes e de segundo escalão  
Geração de restos,  
Seremos varridos –

Não importa o ritmo lento da história –  
Por crianças brincando com pedras.  
(QABBANI, 1994).

Assim como os eventos de 1936-1939, 1948-1967, a intifada marcou uma mudança de curso, não apenas na história do movimento nacional palestino, mas também no conflito entre israelenses e palestinos (GELVIN, 2014). O contexto em que surge a primeira intifada é um contexto um tanto quanto conturbado.

De um lado, o mundo árabe se voltava para outro problema no ano de 1987, quando os Estados Árabes temiam uma vitória iraniana, o que fez com que mesmo tendo sido expulso, o Egito fosse reintegrado a Liga Árabe depois de expulso em 1979. O medo da vitória iraniana era maior do que o receio da volta do Egito para a Liga. Quando Yasser Arafat chegou à Amã para fazer sua reclamação, o rei Hussein enviou um oficial de baixo escalão para busca-lo no aeroporto. Parecia que o movimento nacional estava por sua conta. (GELVIN, 2014).

Um acidente entre um caminhão militar israelense e um carro que transportava trabalhadores palestinos que vinham de Jabalia, do campo de refugiados, foi a gota d'água para o início da rebelião, quando na coalizão 4 palestinos foram mortos. Antes disso, um executivo israelense havia sido assassinado dois dias antes, o que fez com que os árabes palestinos tomassem a conclusão de que aquele acidente, de fato, não teria sido um acidente, e sim um ato proposital.

A vida palestina sofria muito da ocupação israelense, com diversas regras extremamente burocráticas e políticas discriminatórias quanto aos benefícios sociais e trabalhistas dos israelenses e palestinos no mesmo território.

Havia muita volatilidade nos territórios e problemas de superlotação (na Faixa de Gaza, estimava-se mais de 1,4 mil pessoas por quilometro quadrado). Essa população era constituída em sua maioria, por jovens cheios de rancor e ressentimentos, que viviam em uma política de repressão conhecida como “pulso de ferro”, que contemplava prisões administrativas, demolições de casas, deportações e fechamento de escolas (GELVIN, 2014).

A intifada durou mais que cinco anos e foi marcada por ter sido uma revolução popular onde os revoltosos utilizavam pedras como armas contra os soldados israelenses, já que estes não possuíam armas de fogo. A intifada foi marcada pela organização entre os revoltosos, que se dividiram informalmente em diferentes objetivos de trabalhos, onde

comumente as linhas de frente pertenciam aos jovens e as atividades da revolução eram coordenadas e monitoradas por organizações formais e informais.

A OLP contou com a ajuda de lideranças locais dos territórios ocupados, como a Liderança Nacional Unificada para a Insurreição (USLPN). O objetivo desta aliança iria além de objetivos estratégicos de combate, mas também servia como prevenção contra possíveis rivais políticos que surgiam no cenário. A OLP não poderia assumir uma posição secundária enquanto uma nova liderança conquistava um raro sucesso contra o inimigo sionista. Esse temor de ser considerado irrelevante teve papel importante na aceitação do acordo de Oslo por parte da OLP. (GELVIN, 2014).

A seguir, o depoimento de Adel Samara, um economista palestino, a respeito da primeira intifada:

Durante os seis primeiros meses de ocupação, a gente não podia exportar nada, nós começamos a importar de Israel. Os palestinos se tornaram economicamente dependentes de Israel. A agricultura começou a desaparecer, as pessoas mais velhas eram as únicas que ainda cultivavam a terra, os mais jovens foram forçados a procurar emprego em Israel. A nossa conexão com a terra foi perdida. Todo este conflito é sobre terra.<sup>1</sup>

A intifada chamou a atenção da comunidade internacional para o problema israel-palestino, mas o preço dessa resistência foi, em média, a vida de pelos ao menos mil e duzentos palestinos.

A primeira intifada teve um papel extremamente importante para que a OLP viesse a se declarar disposta a negociar com Israel. No cenário turbulento, além de milhares de casualidades causadas pelos conflitos armados entre os dois povos, foi na primeira Intifada que organizações independentes, não vinculadas à Organização de Libertação Palestina, surgiram, ameaçando então a “soberania” da Organização, como o Hamas.

- Surgimento do Movimento de Resistência Islâmica (Hamas)

Durante a Intifada, o poder, antes quase que monopolizado pela Organização pela Libertação da Palestina, agora se via ameaçado pela proclamação do Hamas para o mundo da sua existência. O Hamas tinha como seu principal objetivo político a ideia da Libertação total da Palestina da ocupação israelense. Além da libertação da palestina, o Hamas também era comprometido com a propagação da chamada política islâmica, que tem princípios islâmicos estabelecidos. Esta proclama o domínio e a disseminação da lei islâmica, promovem o que denominam de “normas islâmicas” de comportamento, e pregam a fundação de instituições islâmicas que funcionariam com bases de sustentação para uma nova sociedade. (GELVIN, 2014)

O fato de que, em outros países árabes, os movimentos islâmicos tiveram sucessos significativos, fomentou a voz do Hamas dentro da Palestina, onde realizações de organizações como o Hezbollah deram credibilidade à sua causa defendida.

Essas organizações surgiram através de instituições filantrópicas que assumiram diversas atividades de cunho essencial nos territórios da palestina. Os israelenses achavam que estas instituições, por serem voltadas para a caridade e ajuda ao próximo, poderiam servir como uma força contrária à OLP. Mas a agenda de tais instituições e organizações iam além de apenas ações com os fins nelas mesmas.

Por que assumir o poder, indagava a irmandade mulçumana, se a sociedade comandada por eles permanecia corrupta e não islâmica? (GELVIN, 2004). Ou seja, todo o propósito das ações que em primeiro plano pareciam inofensivas, eram repletas de segundas intenções, onde a renovação islâmica, caridade ao próximo e fortes aspirações nacionalistas criavam um cenário que necessitava cautela.

A nova geração de ativistas do islamismo político e as novas formas de protestar que foram implementadas com o surgimento da intifada criaram um ambiente favorável para que a OLP pudesse entrar em uma possível negociação com Israel.

- Desintegração da Jordânia do West Bank e o Discurso de Arafat de 1988

Os territórios do West Bank (apesar de só terem pertencido à Jordânia até o ano 1967), via na Jordânia um papel extremamente importante no desenvolvimento da área do West Bank, já que o país fomentava um investimento de em volta de 1,3 bilhões de reais na região. Porém, após a Liga Árabe em 1974 reconhecer a OLP como a única representante

soberana do povo palestino, o Rei Hussein da Jordânia se viu obrigado a reconhecer um Estado Palestino independente.

Então, no ano de 1978, o rei Hussein anuncia que irá retirar todos os investimentos que havia aplicado na área do West Bank, e delegaria essa função à Organização de Libertação Palestina, agora a única representante legítima da região da Palestina. Claramente, tal ação empobreceu a região e uma situação que já encontrava em situação extremamente delicada, agora decaía ainda mais.

Já no ano de 1988, Yasser Arafat, líder da Organização Palestina para Libertação, se dirige à Assembleia Geral das Nações Unidas com um discurso que se referia a resolução da ONU 242, que reconhecia o direito de todos os países a terem Soberania, pedindo a paz e formação de um Estado Palestino, renunciando o terror. O discurso teve grande contribuição para as futuras negociações de paz de Oslo de 1993.

### 1.3.2: A Mudança Doméstica na Perspectiva Israelense

Depois da primeira intifada e da Guerra do Golfo, 60% dos israelenses já apoiavam a ideia de Oslo desde seus primórdios. O fardo de manter um território ocupado e criar mais assentamentos já não valia mais o preço que se pagava. A intifada havia deixado marcas profundas aos Israelenses; a política de “pulso de ferro” de Isaac Rabin agravou ainda mais a situação. Rabin ordenou que os soldados israelenses quebrassem os braços das crianças palestinas que lhes atiravam pedras.

Imagens de jovens desarmados confrontando soldados e tanques israelenses com pedras e estilingues em suas mãos provocaram efeitos certos sobre a audiência internacional, e faziam Israel deixar de ser Davi para se tornar Golias (GELVIN, 2004).

Diante das circunstâncias, mais de 600 soldados israelenses se recusaram a servir nos territórios palestinos ocupados. Dentre os israelenses, a vontade popular era que o conflito cessasse, mesmo que isso significasse abrir mão de territórios e assentamentos.

Em 1992, Yitzhak Rabin foi eleito o primeiro ministro de Israel sendo membro do Partido Trabalhista, ao mesmo tempo que, ironicamente, este tinha sido o arquiteto da política de “pulso de ferro”. Rabin utilizou sua candidatura para promover a ideia de que iria encontrar uma saída para o conflito instalado, e foi esta que guiou Israel a Oslo.

### 1.3.2 : Mudanças no Sistemas Regionais e Internacionais

- Fim da Bipolaridade

Não por mera coincidência, o conflito árabe israelense encontrou seu ponto máximo no começo da guerra fria, e seu auge de acordos de paz quando esse conflito vem ao fim. De um lado, os Estados Unidos ao lado do Estado de Israel, e do outro lado, a antiga União Soviética dando apoio e suporte aos Árabes. Por 40 anos, os políticos norte- americanos abordaram ou justificaram sua intervenção no conflito por meio do argumento de conter a união soviética ou reverter a influência desse país na região (GELVIN, 2014).

A política de Henry Kissinger do “leva e traz”, que tornava os Estados Unidos figura “indispensável” para todas as partes envolvidas no conflito, tinha como objetivo a marginalização da União Soviética e o aumento da influência norte americana na região. Quando a Guerra Fria acaba, a Nova Ordem Mundial é definida, caracterizada principalmente por seu caráter multipolar, multilateral e global. O otimismo do momento empolgou muito israelenses que estavam cansados dos constantes atritos com a intifada e que ansiavam pelos benefícios econômicos na nova economia global (GELVIN, 2014).

Com a desintegração da URSS, a OLP havia perdido seu maior parceiro diplomático e econômico, se encontrando agora em uma situação delicada, principalmente no cenário da intifada que se estendia. Na Guerra do Golfo, Arafat, que falava em nome da OLP, decidiu apoiar o Iraque, fazendo com que a antiga URSS se distanciasse ainda mais de seu antigo parceiro e com que o auxílio financeiro à OLP por parte dos países do Golfo Árabe fosse suspenso. Para completar, a URSS reestabelece as relações com Israel que haviam sido rompidas desde a guerra dos Seis Dias e uma imigração maciça de judeus da antiga união soviética para Israel termina por marcar ainda mais o cenário pós bipolaridade.

Reduzindo o conflito ao seu nível mais elementar – um conflito entre duas pessoas, sendo que ambas reivindicavam o direito de habitar e controlar toda a palestina, ou ao menos parte dela – as negociações de Oslo fecharam o círculo do conflito que já duravam um século (GELVIN, 2014). Ambos Israel e a OLP se viam em uma situação de benefício mútuo para a aceitação de um tratado de paz diante dos cenários observados acima.

## 2 OS ACORDOS DE OSLO

### 2.1 O Caminho para a Declaração de Princípios

Nas eleições gerais de Israel de 1992, dois indivíduos disputavam o cargo de primeiro ministro. De um lado, um candidato do Partido Trabalhista do Knesset, Yitzhak Rabin, e do outro lado Yitzhak Shamir, representante do Likud, partido da ala direita e conservador israelense. Ironicamente, *quando Rabin serviu como ministro da defesa, no governo da unidade nacional liderado por Shamir, circulava a seguinte piada: qual a diferença entre um membro do Likud da ala esquerda e um membro do Likud da ala direita? Resposta: um membro do Likud da ala esquerda é seguidor de Yitzhak Shamir e um membro do Likud da ala direita é seguidor de Yitzhak Rabin* (SHLAIM, 2004).

Apesar das imensas similaridades entre Rabin e seu adversário, Yitzhak Shamir, *as diferenças entre o partido trabalhista e o Likud eram bastante profundas, tanto nos domínios das ideologias quanto da prática política* (SHLAIM, 2004). Quando Rabin foi eleito, em 23 de Junho de 1992, com agendas prioritárias as da segurança, paz e defesa do território israelense, a história do conflito nunca viu o povo palestino e israelense tão perto de chegar a um acordo em comum.

Dois professores israelenses, Ron Pundak e Yair Hirschfeld, estavam prestes a mudar o curso de um conflito de longa duração. Sob o comando de Yossi Beilin, na época deputado do Ministério das Relações Exteriores, os professores de história de uma universidade israelense saíram, com o álibi perfeito de uma conferencia fora de Israel, para Oslo, cidade na Noruega que vai ser a sede dos acordos, que vieram a ser conhecidos pelos “Acordos de Oslo”. Ao chegar em Oslo, os dois historiadores encontram com Abu Ala, o ministro das finanças da palestina, Mahar El-Kurd, o confidente de Yasser Arafat, comandante da OLP, e Hassan Asfour, um militante de viés esquerdista.

Juntos, eles fazem um rascunho de um acordo de paz entre Israel e Palestina, que irá ser apresentado por Beilin para Shimon Peres, esse que reconhece a importância do que os professores tinham conquistado quando percebe a presença de Abu Ala nas negociações, fato inédito diante uma negociação entre israelenses e palestinos. Peres uma vez disse que não acreditava que existisse outra região no Oriente Médio com tantos planos e tão poucos

continue. Do lado palestino, Arafat quer trazer a retirada de Israel de Gaza como o primeiro passo para a paz entre os dois povos. Quando Rabin autoriza a negociação, os professores que antes estavam em posição de destaque, agora se encontravam como segundo plano; quem assume a liderança das negociações do lado israelense agora é Yossi Beilin, juntamente com Uri Savir (diretor geral do Ministério de Relações Exteriores) e Joel Singer (advogado militar chefe do Conselho Legal do Estado de Israel).

Nós sentimos, com razão, que o povo da palestina, a nação árabe, queriam nos puxar para o mar e limpar o Estado de Israel. E eles nos atacaram ameaçando a nossa existência. Já eles sentem que nós mandamos e degradamos eles por 25 anos. Certo ou não, não importa, esse é o sentimento deles (SAVIR, 2017).

As antigas negociações foram substituídas agora pela nova agenda de Rabin, onde nesta, antes da cooperação e coexistência, vinha a segurança e a defesa do Estado de Israel. Ficou nítido para os palestinos que a negociação não se tratava mais de dois professores de história procurando a paz, mas sim uma iniciativa do primeiro ministro israelense juntamente com seu ministro de defesa.

O grande problema encontrado nessa etapa da negociação foi que Rabin se recusava a dirigir-se para os problemas em maior evidencia na época, que se tratava do assentamento palestino Abruting (em Jerusalem), das fronteiras definitivas e do retorno dos refugiados palestinos à sua terra.

Na 11ª rodada de negociações, os palestinos apresentaram uma proposta aos israelenses em que esses buscavam adotar a resolução 242 da ONU, que demandava a retirada de Israel dos territórios ocupados. Claramente, Israel não aceitou a proposta, já que não via como admissível o pensamento em fronteiras naquele momento das negociações. As negociações chegam ao seu ponto mais conturbado até o momento, e é aí que os palestinos apresentam o acordo de Reconhecimento Mútuo para Arafat. A proposta era: a OLP para todos os ataques de terror contra Israel, e os israelenses param de enxergar a OLP como uma organização terrorista.

A proposta agrada ambos os lados, e finalmente se chega a um patamar onde a paz pode, de fato, ser negociada. A primeira parte do processo para a paz acontece com o envio de uma carta de Arafat para Rabin, e de Rabin para Arafat.

compromisso da OLP de reconhecer Israel de viver em paz e segurança; aceitar as resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU; renunciar ao uso do terrorismo e a outros atos de violência; e modificar as partes da Constituição Nacional Palestina que eram incoerentes com esses compromissos. Em resposta concisa a Arafat, de uma única frase, Rabin confirmava que, levando em consideração esses compromissos, o governo de Israel decidira reconhecer a OLP como a representante do povo palestino e começar negociações com ela no processo de paz do Oriente Médio.

Nesta mesma época, os acordos, feitos em completo e absoluto segredo, vazam na mídia. Esse fato definitivamente não foi favorável para nenhum dos lados: do lado israelense, o Likud juntava mais munições do que nunca para agirem contra Rabin, e do lado palestino, a oposição e os palestinos que não admitiam a existência de um Estado Israelense, se juntavam contra Arafat e favor do Hamas.

Beilin disse em seu diário pessoal que *o pior que poderia acontecer com as negociações seria sua liberação prematura para os demais*. Segundo ele, os repórteres ligavam de forma incessável para ele, que continuava a negar que existia uma negociação de paz no caminho. Resumindo, o que se procurava agora de ambos os lados era chegar-se a um entendimento comum antes que a notícia das negociações fosse espalhada.

Porém, passando o momento conturbado e com a negação veemente das autoridades de ambos os lados das conversas de paz, a proposição de reconhecimento mútuo apresentado por Abu Ala foi aceito tanto por Arafat quanto por Rabin, o que foi de fato um grande passo para frente para as conversas de paz em Oslo, afinal, as negociações tinham como objetivo melhorar o futuro, e não mudar o passado.

Quando questionado por um repórter israelense sobre o momento difícil vivido pelos israelenses e como as negociações de paz estavam fora da realidade, Pundak diz:

*Nós decidimos não ignorar o presente ou esquecer do futuro, nós estamos tentando colocar estes de lado e descobriremos juntos, não como fazer o passado melhor, mas como fazer o futuro melhor. Então nós criamos uma bolha, não estamos fora da realidade de forma alguma, não para o que aconteceu com os judeus ou com os árabes e não para o que está acontecendo agora. Mas estamos aplicando o máximo de força para tentar conseguir fazer com que esse processo ande.*

No diário pertencente a Uri Savir, ele fala que ambos os lados estavam com medo da reação dos seus povos, já que Oslo era um acordo que tinha consigo implícito concessões

*negociar com os israelenses, enquanto eu seria chamado de nomes que não posso nem imaginar.*

O que estava óbvio é que os acordos de Oslo haviam dividido a terra santa. Com o reconhecimento mútuo entre Israel e OLP, as negociações seguem em frente e os problemas são resumidos a cinco tópicos mais objetivos, os quais foram, de forma surpreendente, alcançados em um consenso total entre os lados. A partir disto, foi redigida a declaração dos princípios, esta que foi impressa ainda na madrugada daquela manhã.

## **2.2 A Declaração dos Princípios**

*A Declaração dos Princípios sobre Acordos para a Autonomia provisória era, essencialmente, uma agenda para negociações regulada por uma rigorosa programação, e não um acordo bem desenvolvido (SHLAIM, 2004). A declaração dos princípios foi dividida em 3 estágios, a ideia era que em cinco anos entraria em vigor o acordo permanente: no primeiro estágio, Israel teria que em no prazo máximo de seis meses se retirar de Gaza e Jericó e dar aos palestinos autoridade para se auto governarem; no segundo estágio, que aconteceria em um ano, Israel teria que desocupar o território do West Bank, e a autoridade palestina iria expandir para a maioria do West Bank; no terceiro estágio, em cinco anos, um tratado de paz permanente seria assinado pelos dois lados, direcionando aos principais problemas que eram os assentamentos, os refugiados palestinos, fronteiras definitivas e a problemática de Jerusalém. Em resumo, a declaração de princípios prometia dar início a um processo que poria fim ao domínio israelense sobre os dois milhões de palestinos que viviam na Cisjordânia e em Gaza (SHLAIM, 2004).*

Em Agosto de 1993 ocorre a cerimônia de assinatura da declaração de princípios em segredo pelos representantes israelenses e palestinos nas negociações. Abu Ala discursa a seguinte fala:

*Chorei duas vezes durante essa semana. A primeira vez, de 5 horas depois de termos terminado, nós choramos, nós nos demos os parabéns, e naquela hora dissemos: agora temos que começar a real e a verdadeira batalha para o desenvolvimento, para construção e para cooperação. A batalha da paz começou hoje, nós estamos para ela e esta deve ser ganha por nós (palestinos) e vocês (israelenses) (ALA, 1993).*

*Abu Ala, fomos introduzidos como inimigos, nós viemos com boa vontade, porém com alguns preconceitos. E nós achamos homens da verdade, coragem e profundidade. Vocês são os vizinhos que nós desejamos viver com. Amigos palestinos, hoje pode marcar o fim do nosso <sup>2</sup>conflito, nos nossos longos dias e noites, nós todos falamos com muito amor sobre nossos filhos. É para os nossos filhos que dedicamos esse documento, (YALIEN, 1993).*

A declaração de princípios começa da seguinte forma:

*The Government of the State of Israel and the P.L.O. team (in the Jordanian-Palestinian delegation to the Middle East Peace Conference) (the "Palestinian Delegation"), representing the Palestinian people, agree that it is time to put an end to decades of confrontation and conflict, recognize their mutual legitimate and political rights, and strive to live in peaceful coexistence and mutual dignity and security and achieve a just, lasting and comprehensive peace settlement and historic reconciliation through the agreed political process. Accordingly, the two sides agree to the following principles:<sup>2</sup>*

Os artigos das declarações de princípios cobriam assuntos relativos ao tempo de validade do governo interino, eleições, jurisdição, período de transição e status permanente da negociação, preparação da transferências de poderes e responsabilidades, o acordo interino, ordem pública e segurança, leis e ordens militares, o comitê Liaison compartilhado entre Israel e a Palestina, cooperação no campo econômico entre Israel e Palestina, Liaison e cooperação com a Jordânia e o Egito, o realocamento das forças israelenses, a retirada de israel da Faixa de Gaza e da área de Jericó, Resolução de disputas, cooperação regional, e provisões miscelâneas.

Para consumir os Acordos estabelecidos em Oslo, Yasser Arafat e Yitzhak Rabin viajavam para Washington para a cerimônia de celebração dos Acordos de Oslo, presidida pelo então presidente dos Estados Unidos na época, Bill Clinton. O mundo árabe estava dividido entre aqueles que apoiavam a iniciativa de paz de Arafat, e aqueles que viam como apenas uma prolongação da ocupação israelense da região da palestina. O mesmo acontece com Rabin em Israel, onde este enfrenta grande oposição do candidato de direita Benjamin

---

<sup>2</sup> Trecho retirado da Declaração de Princípios dos acordos de Oslo em Setembro de 1993. Traduzindo: “O Governo do Estado de Israel e o time da OLP (na delegação jordaniana-palestina da Conferência de Paz do Oriente Médio) (a “Delegação Palestina”), representando o povo palestino, concorda que é hora de botar um fim á décadas de confrontação e conflito, reconhecer a mútua legitimidade e direitos políticos, e lutar para viver em pacífica coexistência e dignidade mútua e segurança e conquista um duradouro e compreensivo acordo de paz e reconciliação histórica pelo concordado no processo político. Acordado, os dois lados concordam com os

Netanyahu, atual primeiro ministro israelense.

Em Washington, Rabin discursou:

*To everything there is a season and a time, to every purpose under heaven. A time to be born, and a time to die. A time to kill, and a time to kill. A time to weep, and a time to laugh. A time to love, and a time to hate. A time of war, and a time of Peace. Ladies and Gentleman, the time for Peace has come.*<sup>3</sup>

### 2.3 A Primeira Fase dos Acordos de Oslo

Depois da assinatura da Declaração de Princípios, o primeiro encontro ocorre em Taba, no Egito, em Outubro de 1993. Negociantes Israelenses e Palestinos se reúnem mais uma vez para implementar a primeira fase dos acordos: Israel se retirar da Faixa de Gaza e de Jericó. Do lado israelense, quem presidia a mesa era o chefe de gabinete de Rabin, Amnon Shahak, e do lado palestino, Nabil Shaath, o mais importante conselheiro de Arafat. *Apesar de todas as duas limitações e ambiguidades, a Declaração de Princípios para a autonomia palestina em Gaza e Jericó marcou um grande avanço na resolução do conflito entre árabes e judeus na palestina que já durava mais de um século (SHLAIM, 2004).*

Apesar de problemas iniciais entre os dois negociantes, os acordos continuam como planejado, e o primeiro rascunho dessa fase dos acordos foi feito: Israel promete aos palestinos passaportes, um aeroporto internacional em Jericó e pela primeira vez na história de toda a palestina, eleições democráticas.

O problema é que ao mesmo tempo que os acordos estavam sendo feitos, lutas armadas e atentados ocorriam fora da mesa de negociação. Enquanto as negociações ocorriam, acontece um atentado contra uma mesquita na região da Palestina em Hebron, onde um judeu mata 31 palestinos. Seu nome era Doutor Buruch Goldstein, e o país se dividiu entre seus apoiadores e aqueles que repudiavam sua ação. Mais uma vez, Rabin se opusera á violência, e mesmo sendo aconselhado militarmente a retirar os assentamentos de Hebron, mas Rabin foi contra. Os palestinos exigiram da parte de Israel que os assentamentos de Hebron fossem retirados, mas as autoridades israelenses não só negam a retirada, como também implementam uma espécie de “lock-down” para os palestinos que moravam em

---

<sup>3</sup> Discurso retirado da filmagem da cerimônia de celebração da assinatura da Declaração dos Princípios entre

Hebron.

O grande problema que o atentado de Hebron trouxe para as negociações foi a divisão ainda maior da opinião pública por parte dos israelenses e palestinos. Antes, aproximadamente 82% dos palestinos apoiavam as conversas de paz que Arafat propunha, hoje esse público se dividia em dois: os que apoiavam Arafat, e aqueles que apoiavam os ideais de um Estado Palestino do Hamas.

Como em toda história entre Israel e a Palestina, existe retaliação, e ataques de bombardeios suicidas emergem em todo território Israelense, fazendo com que a autoridade de Israel tome a providencia de fazer com que dois milhões de palestinos passem a viver em regime fechado. A grande conturbação em ambos os lados gera a perda de fé por parte do povo nas rodadas de negociação.

Em Maio de 1994, no Egito, com relutância deve-se ressaltar, Arafat assina o acordo de Gaza e Jericó, acompanhado de Rabin. Logo depois, Arafat retorna à sua casa na região da palestina, e encontra uma região marcada pela divisão pelas opiniões públicas entre aqueles que o apoiam e aqueles que são oposição, assim como *cria um momento crítico na política externa de Israel* (SHLAIM, 2004).

#### 2.4 A segunda fase dos Acordos de Oslo

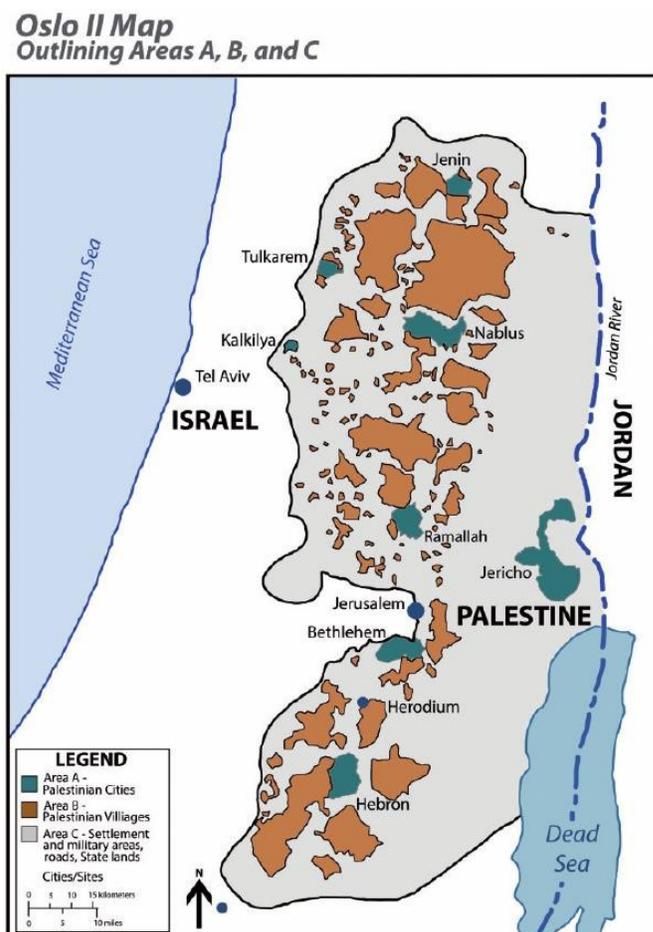
A segunda negociação também aconteceu em Taba, no Egito, e como estabelecido em Oslo, seria a vez de Israel desocupar o West Bank. O que foi estabelecido previamente é que Israel teria um ano para desocupar o território do West Bank, e os palestinos estavam demandando sua retirada imediata. O que ocorre é que Israel demanda tempo para um retiro gradual, e oferece no acordo controle total em apenas 2% da terra do local, onde todos os outros 98% seriam controlados pelo exército israelense.

Diante das circunstancias, os palestinos não aceitam a proposta de jeito maneira. Chega a notícia para os negociantes que um ônibus havia explodido em Israel, deixando dezenas de mortos. Essa fase para as rodadas de paz é crítica, onde o tempo está acabando, e se um acordo permanente não fosse firmado exatamente naquele momento, não haveria mais acordo algum. O que vai ser discutido agora são os pontos críticos, e Israel cede em quatro pontos principais: a retirada de Israel das linhas estabelecidas em 1967; o estabelecimento de um Estado Palestino; a manutenção dos blocos dos assentamentos; e Jerusalém ser capital de

ônibus explode em Jerusalém, inocentes morrem na região da palestina. Então, com o estresse e esgotamento de todos, Uri Savir e Abu Ala se encontram e terminam os Acordos de Oslo B. O que se definiu nos Acordos de Oslo II foram *eleições para um conselho Palestino, a transferência da autoridade legislativa para este conselho, a retirada das tropas israelenses dos centros populacionais palestinos e a divisão da Cisjordânia (West Bank) em 3 áreas – A, B e C* (SHLAIM, 2004).

A divisão das áreas foi feita de forma que a área A era formada por grandes cidades e áreas urbanas palestinas, e ficou sob exclusivo controle palestino, tanto civil quanto militar; a área B, abrangia a parte menos povoada e ficou civilmente sob a responsabilidade da palestina e a segurança sob a responsabilidade de Israel; e a área C eram as terras que haviam assentamentos e estradas israelenses, e tinha controle absoluto dos israelenses.

**FIGURA 3: MAPA DA REGIÃO DO WEST BANK DEPOIS DE OSLO II**



Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/Map-of-Areas-A-B-and-C-after-Oslo-II\\_fig1\\_276258691](https://www.researchgate.net/figure/Map-of-Areas-A-B-and-C-after-Oslo-II_fig1_276258691)

Oslo B é ratificado em uma cerimônia presidida novamente por Bill Clinton, então presidente dos Estados Unidos, Rei Hussein da Jordânia, Mohammed Hosni Mubarak (presidente da República do Egito), Yitzhak Rabin (primeiro ministro de Israel) e Yasser Arafat (líder da OLP).

O clima que antes era de tensão, agora era substituído por sentimentos de esperança de felicidade por um futuro melhor. Arafat se dirige a Rabin dizendo “nosso parceiro, nosso primo. Yitzhak Rabin”, enquanto Rabin fazia piadas com aquele que jurava ser seu eterno e maior inimigo.

## **2.5 A Morte de Rabin e o Desmantelamento de Oslo**

*No processo de implementação do acordo de Oslo, Yitzhak Rabin começou a tratar Yasser Arafat como um parceiro no caminho para paz (SHLAIM, 2004).* Apesar disso, os dois discordavam em muitas coisas, e essa amizade não surgiu da noite para o dia. Foi todo um processo de conhecimento e de aceitação de ambos os lados, que demonstrou que existiria sim um caminho para paz e aceitação entre os dois povos.

No dia 04 de Novembro de 1996, Rabin convocou um comício pela paz em Israel; temeroso das pessoas não saírem de suas casas devido à instabilidade vivida no cenário pós Oslo II, Rabin foi surpreendido por milhares na rua demonstrando seu apoio ao processo de paz. Enquanto Rabin caminhava ao lado de seus seguranças, três tiros foram disparados de uma pistola de um judeu fanático de direita. Rabin morreu uma hora depois do acontecido, deixando todo o Estado de Israel, e todos o mundo em choque. Quando soube da notícia, Arafat disse “Eles assassinaram o processo de paz em Israel”.

*O assassinato de Rabin trouxe à superfície as profundas divisões que se desenvolveram na sociedade Israelense em resposta à paz com os palestinos (SHLAIM, 2004).* Com a morte de Rabin e a ascensão de Shimon Peres, o cenário no Oriente Médio era outro, principalmente em Israel. Os processos de paz de Oslo que já era vítima de diversas críticas por parte dos israelenses, agora se encontrava em posição ainda mais frágil. No dia 4 de Maio de 1996 as conversas para determinação da situação final dos territórios debatidos era para ter tido início.

Porém, naquele mesmo ano, também no mês de Maio, Binyamin Netanyahu se elege por uma margem de menos de um por cento contra Peres. A ascensão de Binyamin Netanyahu ao poder marcou um rompimento com o pragmatismo que caracterizava a abordagem do Partido Trabalhista em relação ao mundo árabe (SHLAIM, 2004). Netanyahu, agora eleito,

negociações de paz entre Israel e Palestina pelos termos dos Acordos de Oslo.

### **3. ANÁLISE REALISTA E LIBERAL DA FALHA DOS ACORDOS DE OSLO I E ANÁLISES E DEBATES DA PERSPECTIVA DE PAZ NA REGIÃO HOJE**

Para análise de porque os Acordos de Oslo falharam, utilizarei a perspectiva liberal e realista das relações internacionais, que possuem duas abordagens distintas de porque os acordos de Oslo foram falhos.

#### **3.1 Abordagens Realistas e Liberais sobre a Guerra**

Antes de entrar no mérito de Oslo, é importante recapitular um pouco do que as teorias liberal e realista falam sobre a situação de guerra e paz entre Estados.

##### **3.1.1 Liberalismo e Guerra**

No liberalismo, para gerar a paz, é necessário que existam ganhos absolutos, onde o comércio é o meio mais eficiente de extração de recursos do que a força militar em si, que ao contrário do comércio, gera prejuízos financeiros ao Estado; por tanto, o Estado tem mais razão para manter a paz e não o conflito.

A própria integração entre a economia e o Estado traz uma interdependência que termina por ser desencorajadora para conflitos armados, na medida que esses supostamente só trariam malefícios econômicos.

Segundo a teoria da Paz Democrática da corrente liberal, Estados democráticos são menos propensos a declarar guerra um contra o outro. Nesta, instituições democráticas precisam de aprovação do público para irem a guerra, especialmente contra outras democracias (RYNHOLD, 2009).

Esta mesma abordagem defende que os Estados Democráticos também tendem a compartilhar das mesmas políticas públicas, o que faz com que a ideologia dos indivíduos que vivem em uma democracia tenham ideologias ao mínimo similares, acreditando no direito de todas as nações de se autodeterminarem.

Os liberais então se opõem à coerção de outros Estados democráticos que seguem normas similares, onde o diálogo e a interação social geram confiança mútua (RYNHOLD, 2009). Também nesta teoria, um conflito está pronto para uma resolução de paz quando se torna de um jogo de soma zero para um jogo de soma positiva.

### 3.1.2 Realismo e Guerra

Diferindo do liberalismo, o realismo não tem como prioridade a resolução de um conflito, e sim o seu gerenciamento da melhor forma possível. Como dilema central da política internacional, esta anárquica e inerente à natureza humana egoísta, está a insegurança de um Estado. Para os realistas, os Estados procuram ganhos relativos, e não ganhos absolutos (RYNHOLD, 2009).

Também nesta mesma teoria das relações internacionais, a cooperação entre Estados só existe para a manutenção da segurança, seja esse para uma coalizão contra um problema em comum ou para observar o poderio militar de outro Estado.

Totalmente contrária à teoria liberal, os realistas acreditam que as fronteiras dos Estados devem ser extremamente bem definidas, assim não sendo podendo claramente afetar a segurança Estatal dos países.

Segundo a teoria realista dos conflitos étnicos, a experiência de guerra endurece as identidades étnicas e causa uma queda irrevogável de confiança entre os grupos, onde é indicado pela corrente a distância física e política entre grupos étnicos para prevenção de conflito e instabilidade crônica (RYNHOLD, 2009).

Apesar de em muito se opor à ideologia e modo de pensar liberal, os mecanismos liberais são levados em consideração pela teoria realista, mas levados ao segundo plano em relação à visão de manutenção dos interesses de poder e de segurança de um Estado.

### 3.2 Uma análise Liberal da Falha dos Acordos de Oslo

De acordo com a corrente teórica do liberalismo o a falha dos acordos de Oslo não se deu pelas estratégias utilizada nos acordos, mas sim pela sua falha implementação. Rynhold debate que o primeiro principal problema ocorrido foi o fim da confiança mútua entre os israelenses e palestinos, que começa a se destrinchar a partir na predominância do pensamento individual e a maneira de negociar dos líderes de ambos as nacionalidades.

O que foi estabelecido logo no começo das mesas de negociação, quando Arafat manda uma carta para Rabin reconhecendo a legitimidade de Israel e Rabin responde reconhecendo a OLP como a autoridade palestina, se perdeu quando na hora da implementação de uma confiança mútua. Os liberais também criticam Rabin na sua decisão de continuar a construir assentamentos na região ocupada da Cisjordânia, fazendo com que

Também segundo a visão liberal, grandes erros dos líderes de ambas localidades foram decisivos para a grande taxa de rejeição dos acordos por meio do povo. Enquanto o regime fechado de Rabin em relação aos palestinos pós atentado terrorista dizimou a confiança que os palestinos tinham nas negociações, o próprio Arafat não tomou medidas suficientes contra os terroristas da região da palestina que afetavam diretamente a relação dos dois povos, aumentando o ódio e necessidade de vingança.

Todos esses pontos juntos diminuíram a crença do lado israelense de que os palestinos queriam paz, e do lado palestino de que os israelenses iam, de fato, ceder alguma coisa significativa para o então futuro Estado da Palestina.

Para aumentar ainda mais a instabilidade, a situação financeira dentro dos territórios ocupados pelos palestinos estava cada vez pior, deteriorando cada vez mais do ano de 1993 até o ano de 1996.

Segundo Steinberg, outra razão para a falha dos acordos foi que a reconciliação não foi realmente buscada por Arafat, à medida que mesmo no decorrer das negociações, Arafat continuou com discurso de ódio contra Israel.

Para terminar, a abordagem liberal também assume que os programas que eram necessários terem sido implementados de forma vigorosa no começo das negociações (especificamente do anexo 6 da Declaração de Princípios), não foram nem sequer institucionalizados, criando um vazio enorme na parte que diz respeito à sociedade civil e sua cooperação com a paz.

### **3.3 Uma Abordagem Realista da Falha dos Acordos de Oslo**

Nessa corrente teórica realista, o que levou à mudança de atitude do lado palestino e israelense foi a mudança na balança de poder que ocorreram nos anos de 1990. Esses fatores, mencionados no primeiro capítulo desse estudo, foram: a primeira intifiada, o crescimento da força do povo da palestina, e a guerra do golfo juntamente com o fim da Guerra Fria. Na perspectiva realista de entendimento de resolução de conflito, a solução de um conflito e a vontade de negociação não são a mesma coisa, e a segunda muitas vezes não leva à primeira, como no caso dos Acordos de Oslo.

O amadurecimento necessário para uma negociação por parte dos dois lados era factual devido ao contexto de mudança de balança de poder, com o objetivo final de mudança de status quo. O problema é que a ideia de uma resolução justa de conflito para os palestinos

negociação não significava de maneira alguma o amadurecimento de uma verdadeira resolução de conflitos.

Se de um lado, para os liberais o reconhecimento mútuo dos palestinos e Israelenses foi o que possibilitou uma possível resolução de conflito, para os realistas o reconhecimento não seria de forma alguma o suficiente, a medida que o processo de Oslo tinha uma ambiguidade tremenda e o reconhecimento tomou sentidos diferentes para os dois lados (RYNHOLD, 2009).

Na perspectiva realista o jogo de soma zero não havia acabado, ao contrário do que se diz na teoria liberal. O processo de Oslo continha uma ambiguidade destrutiva que marcava grandes “gaps” em cada lado da conceituação do que significava um reconhecimento mútuo. Ao invés de prover uma reafirmação que o jogo de soma zero tinha terminado, ambiguidade destrutiva destacou o senso de ameaça nos objetivos principais de cada lado e então contribuiu para o desenvolvimento de um “espiral de insegurança” baseado na suspeita mútua ao invés da confiança mútua (RYNHOLD, 2009).

É importante ressaltar que apesar de reconhecer a OLP, em nenhum momento Israel de fato reconheceu um Estado palestino, porque para os israelenses, o que importava na negociação era a paz que seria alcançada através dos acordos, e não os interesses palestinos do estabelecimento de um Estado soberano.

Já do lado palestino, a ideia do sionismo continuou a ser vista como um movimento de cunho colonial, e a única razão da negociação estar acontecendo seria o poderio extremamente escasso da palestina no que diz respeito principalmente a segurança e diplomacia. A ideia do reconhecimento de um Estado Judeu não passou então de uma jogada diplomada para retomada da balança de poder.

Outro grande problema que foi decisivo para a falha de Oslo, segundo a teoria realista, foi o direito de retorno dos refugiados palestinos negada por Israel, assim como a possibilidade dos palestinos de fazerem uma imigração. Novamente, a ideia de autodeterminação dos povos se perdia no paralelo de jogos de poder.

A falta de uma ameaça em comum foi um aspecto decisivo para a falha dos acordos. Rynhold defende que se os dois lados tivessem sido ameaçados por um grande problema securitário comum, os acordos poderiam sim terem sido bem sucedidos, à medida que isso os forçaria a pôr de lado as suas diferenças por uma causa maior e mais importante.

Shimon Peres pensou que a ameaça do fundamentalismo islâmico poderia prover esse

Palestina com a oposição islâmica era ambivalente, mas a preferência era por cooptação, e não confrontação. Então, a falta de uma ameaça em comum representou uma barreira para o sucesso da implementação dos acordos de Oslo.

Outro fator em que o liberalismo e o realismo discordavam fielmente era na política de integração dos povos. Na perspectiva liberal, o grande problema se encontrava na pouca interação econômica, enquanto na perspectiva realista, o problema se encontrava justamente na interação econômica exacerbada.

Segundo os realistas, a integração viria a aumentar, claro, a interação entre diferentes etnias, através dos assentamentos judeus construídos nos territórios pós-Guerra de 1967 e a abertura de mercado de trabalho israelense para o povo da Palestina. O que acontece na visão realista é que a integração vem a intensificar o Dilema de Segurança e o conflito político, o que acarreta na diminuição do apoio da população para os acordos de paz (RAYNHOLD, 2009)

Durante o ano de 1967 até a explosão da primeira Intifada, em 1987, a hegemonia que Israel tinha sob a Palestina, seus territórios e habitantes era de certa forma benéfica para ambos, porque produzia ganhos econômicos dos dois lados. A partir de 1987, esse não é mais o cenário naquele pedaço de terra do Oriente Médio; e então acontece a Primeira Intifada, gerando grande perda de ganhos econômicos e maior revolta do lado palestino, aumentando muito mais os custos da integração dos novos territórios no pós Guerra dos Seis Dias.

As fronteiras abertas entre os dois territórios aumentaria também o nível de perigo de atividades terroristas contra o Estado de Israel, aumentando o nível de insegurança entre os lados, o que obviamente gerava um grande empecilho para a possível paz na região. Isso também faria com que a economia Palestina fosse de certa forma refém do terrorismo.

A política de fechamento de Rabin, também muito polêmica e discutida no capítulo dois da monografia, apesar de ter sido criticada por muitos, pelos realistas é vista como necessária. Nessa corrente, a ação de Rabin foi apenas uma ação defensiva contra a ofensiva Palestina; onde a única outra opção para os israelenses era agir também na defensiva.

Mais um problema se encontrava na disparidade econômica entre os dois territórios, Israel possuía aproximadamente vinte vezes o valor do PIB palestino, onde a relação entre os dois povos era de cunho totalmente vertical. Apesar dos benefícios das atividades verticais entre os dois, o grande problema se encontrava na desconfiança gerada pelo gap das

Para os realistas, como dito no começo do tópico, o que conta em termos políticos são os ganhos relativos, e não os ganhos absolutos. Esse tipo de integração gera dependência do menos beneficiado em relação ao mais beneficiado. Uma relação de verticalidade não pode ser considerada uma alternativa para a paz.

### 3.3.1 A abordagem da perspectiva realista em relação à região do Oriente Médio e como isso afeta o relacionamento entre Israel e Palestina

Outro tópico de extrema importância no ponto de vista dos teóricos realistas é a instabilidade regional que a região de Israel-Palestina se insere. A instabilidade política não se resume a nenhum desses Estados, mas a toda a região. Não existe uma bolha regional onde os dois povos possam resolver seus problemas sem levar em consideração como isso irá afetar sua relação numa perspectiva geral regional.

A instabilidade regional não é apenas um resultado, então, da relação de Israel e Palestina, mas também de diversos outros conflitos relacionados que desafiaram a legitimidade das fronteiras dos estados e ameaçaram a coerência interna de diversos Estados (RAYNHOLD, 2009)

Primeiramente, os realistas destacam a presença de atores como o próprio Irã e os grupos terroristas, dentre eles o Hamas e o Hezbollah. Todos esses atores viram os acordos de Oslo como uma ameaça à sua estabilidade, e utilizaram da ocasião para atuar mais ofensivamente ainda do que antes.

Segundo, é a falta de consenso entre os árabes sobre o que realmente significava os processos de paz. A insegurança prevalecia e os Estados Árabes tinham criado uma paz com o Estado de Israel por medo de outra guerra Israelense-Palestina, mas a contenção de conflito não foi o suficiente para a verdadeira solução do conflito na região. Para deteriorar mais o contexto, a discordância na questão dos refugiados palestinos e a falta de um consenso sobre qual seria a melhor atitude a tomar-se foi decisivo também para o insucesso do processo.

Criar uma paz entre Israel e Palestina não é apenas criar uma paz entre dois Estados, mas sim criar uma paz entre dois Estados inseridos em um contexto extremamente conturbado e extremamente instável.

*The problem with attempting to build an Israeli-Palestinian Peace along liberal lines was that it meant the relationship between Israel and Palestine would have to be better than the general character of interstate relationships in the region. If problems occurred for any reason, the parties involved in the Peace process could not be at all certain that regional actors would not try and exploit the situation to their detriment.*

### 3.3.3 A Problemática da Democratização no Oriente Médio

According to the data of the Freedom House and Polity, the Arab Middle East is the least democratic region in the world. Certainly, the dictatorial regimes in the region, albeit to different degrees, feared that real Peace would increase demands for domestic reform which could see them lose power. They also feared that regional economic integration and liberal free Market reforms would weaken their grip on power. (RAYNHOLD, 2009)

Como dito por Raynhold, o Oriente Médio é a região do mundo menos democratizada. Isso certamente pesou de forma exacerbada na falha dos Acordos de Oslo. Segundo os neo-conservadores, isso foi um ponto, se não o ponto, decisivo para a falha dos acordos de Oslo.

Para os neo-conservadores, a única forma de se encontrar paz é impor no Oriente Médio a democratização da maioria dos países que fazem parte da região; o problema, segundo os realistas, é que de forma alguma que a paz pode ser inserida assim em um continente historicamente não democrático e de políticas, como diz o próprio nome “Oriente Médio”, não ocidentais.

Israel é um país isolado da grande maioria dos países do Oriente Médio, sendo uma força econômica e democrática modelo para o resto do mundo. Na visão ocidental, Israel é um país modelo; contudo, na visão oriental, não se tem o mesmo consenso, obviamente.

Segundo a abordagem realista, mesmo que a democratização fosse ter lugar, seria muito difícil que houvesse de fato paz. Segundo Snyder e Mansfield, os estágios iniciais da democratização na verdade tendem a aumentar os prospectos de guerra, principalmente quando a democratização está engajada em algum tipo de conflito étnico (RYNHOLD, 2009).

Além disso, a instalação de democracias no Oriente Médio teria que obrigatoriamente contar com a opinião pública, esta que certamente se oporia veementemente à alternativa democrática.

### **3.4 Debates e Perspectivas de Paz entre Israel e Palestina 25 Anos Depois dos Acordos de Oslo I**

Desde a falha do processo de paz de Oslo, várias outras tentativas de paz foram realizadas, mas nenhuma outra chegou tão longe quanto os acordos iniciados em 1993. Apesar de não terem chegado ao seu objetivo final, as conversas de Oslo marcaram as relações entre Israel e Palestina à medida que foi a primeira vez em que ambos os lados se reconheceram

Apesar de não ter sido suficiente o reconhecimento mútuo, como aborda a teoria realista, definitivamente este foi pivô de uma esperança que não demorou muito para desaparecer.

A ideia de dois Estados para dois Povos, lema do movimento “Paz Agora”, organização social de cunho esquerdista em Israel, defende que não haverá paz há não ser que existam dois Estados para dois povos completamente diferentes e ao mesmo tempo tão parecidos; os judeus, com sua história de perseguição desde seus primórdios, e os palestinos, com sua história também de perseguição religiosa e grande perda de terra não só para os Judeus, mas até mesmo para, antes disso, o Mandato Britânico.

Idealmente falando, a criação de dois Estados, a declaração de um Estado Palestino e a convivência pacífica e diplomática entre os dois, seria sem dúvidas a resposta correta para um conflito que já tirou a vida de tantos. Contudo, desde a ascensão de Netanyahu em 1996 e tomada da Faixa da Gaza pelo Hamas, essa condição se encontra cada vez mais e mais distante, e a declaração de um Estado Palestino também. O Knesset se encontra cada vez mais conservador e predominantemente de direita, e a possibilidade da existência de um diálogo entre os dois povos fica crescentemente mais distante com o passar dos anos.

A realidade é que o poderio israelense é inúmeras vezes maior do que o poderio palestino, Israel definitivamente estabelece uma relação de exploração em relação à Região da Palestina, e nesse conflito, nenhum dos lados é isento de culpa. Mas esse fato não tira de Israel o direito de sua existência, pelo contrário; assim como a região da Palestina tem o direito de ser declarada um território independente, Israel, como um Estado, tem total direito de existir. Dois Estados para dois povos completamente diferentes, mas tão parecidos ao mesmo tempo. Idealisticamente falando, essa seria a solução justa e correta.

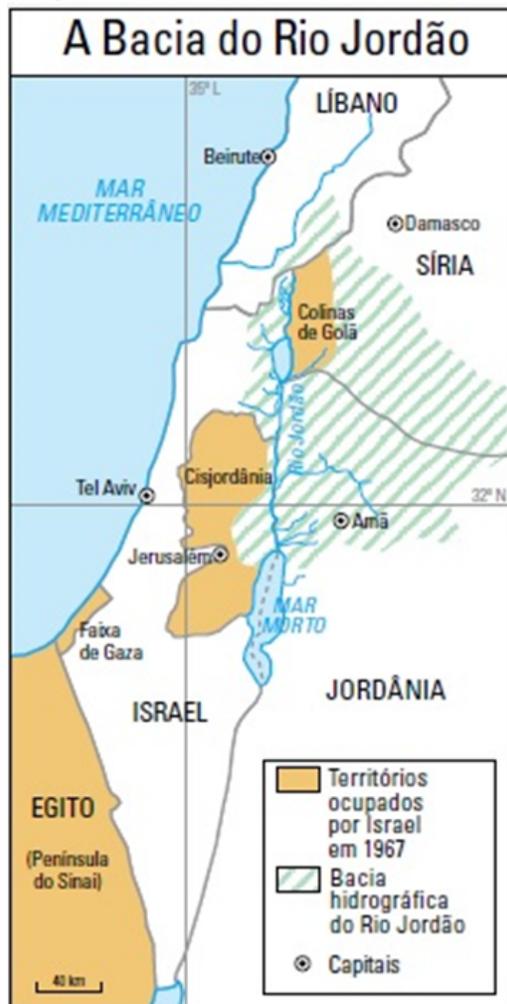
Falando realisticamente, vários outros fatores se opõem à criação do Estado da Palestina por parte de Israel além de motivos ideológicos.

#### 3.4.1 Problemas Hídricos

É necessário levar em consideração um aspecto físico extremamente importante que é pivô para região Israelense: o Rio Jordão. A região da Cisjordânia e Colinas do Golã, é banhada pelo Rio Jordão. Antes essas eram pertencentes ao Estado da Palestina dividido pela ONU em 1948, com a conquista por Israel no ano de 1967, o Rio Jordão passou a ser a principal fonte de “ouro azul” do território Israelense.

**FIGURA 4 :** Bacia do Rio Jordão

Mapa 1



**Fonte:** Disponível em: <vox.com.br>. Acesso em: 28 nov. 2018.

Como pode-se ver no mapa acima, o rio Jordão é essencial para os recursos hídricos escassos da região extremamente seca de Israel, assim como também é essencial para a sobrevivência do povo palestino. Fora as bacias hídricas, os poços de água que se encontram no território da Cisjordânia e nas Colinas de Golã são outro aspecto fundamental para o interesse israelense na região.

### 3.4.2 Problema dos Refugiados Palestinos

Como abordado nos capítulos anteriores, os refugiados palestinos e o direito do seu retorno para a Cisjordânia e Faixa de Gaza é motivo de muita controvérsia e fomentador de muitos debates. O princípio fundamental da liberdade de qualquer ser humano de ir e vir deve ser sempre considerado como uma prioridade. À medida que Israel ocupa esse direito de

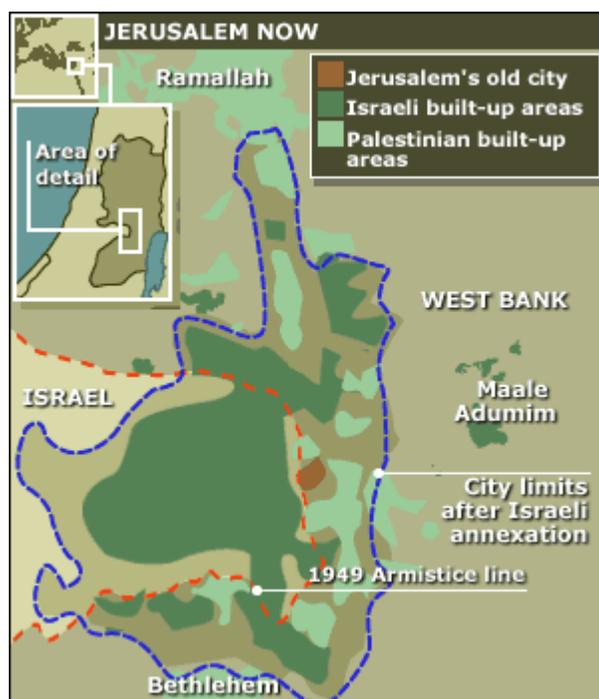
fundamental e cria ainda mais um ambiente hostil e de possíveis conflitos entre os povos.

### 3.4.3 Jerusalém

Jerusalém um ponto de extrema importância para que se entenda a falha dos acordos de Oslo e porque as perspectivas de paz entre Israel e Palestina estão cada vez mais distantes de ocorrerem. Jerusalém, como dito no primeiro capítulo, com o plano de partição da ONU e a linha do Armistício, foi classificada como uma cidade internacional, onde existia a livre tramitação de israelenses e palestinos.

Contudo, com a Guerra dos Seis Dias, Israel conquistou a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, restringindo então a circulação palestina dentro de Jerusalém, uma cidade santa para ambos os povos

**FIGURA 5:** MAPA DE JERUSALÉM HOJE



**Fonte:** Disponível em: <https://www.vox.com/2018/11/20/18080040/jerusalem-israel-palestine>

No mapa acima, se observa as antigas linhas do armistício, Jerusalém hoje e também os assentamentos judeus e palestinos na região da Cisjordânia (West Bank). A questão da cidade Santa é um dos motivos maiores de porquê até hoje não se conseguiu paz; os dois povos querem a cidade como sendo parte de seu território, e mais que isso, sua capital.

nos Estados Unidos, a embaixada americana, antes encontrada em Tel Aviv, agora será transferida para Jerusalém; assim como no Brasil, com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, a promessa é que a embaixada brasileira, também encontrada em Tel Aviv, seja transferida para Jerusalém. Esse fator é muito desfavorável para uma relação pacífica entre os dois povos, aumentando ainda mais as tensões entre as duas regiões e fazendo a paz ser algo cada vez mais distante.

#### 3.4.4 Os Assentamentos Judeus na Cisjordânia e o Hamas na Faixa de Gaza

Os assentamentos Judeus na Cisjordânia são um grande problema para a solução de um conflito, à medida que a Palestina não aceita de forma alguma a presença desses judeus no território da Cisjordânia; o mais perto de acabar o conflito pelos assentamentos que os dois povos chegaram foi nos Acordos de Oslo, contudo, a situação só se agravou ainda mais depois de sua falha, e as perspectivas de mudanças são quase nulas.

Para piorar a situação, o grupo político radical Hamas, em 2005 tomou o poder da Faixa de Gaza; o Hamas é um grupo radical islâmico que não aceita, de forma alguma, a existência do Estado de Israel, e essa não aceitação torna a resolução do conflito Israelenses e Palestino cada vez mais e mais distante.

## CONCLUSÃO

Do lado da Organização de Resistencia Palestina, no contexto dos anos noventa, estava claro que mudanças no Oriente Médio eram não só inevitáveis, como também evidentes. Na época, o maior aliado da Organização de Liberação Palestina (OLP) durante anos, a União Soviética, havia entrado em colapso, e a superpotência mundial agora eram os Estados Unidos da América, o maior aliado do Estado de Israel. Além disso, a imigração maciça de judeus da antiga URSS criou um medo no povo palestino de que os imigrantes soviéticos se estabelecessem na região do “West Bank” (como denominado pela Jordânia logo após a guerra de Independência de 1948).

Em 1991, com a vitória estadunidense sobre o Iraque e a destruição de seu exército (mais um fator que contribuiu para a redistribuição de poder no Oriente Médio), Arafat e a OLP percebem que a posição estratégica do Iraque já não se fazia mais uma opção viável para apoiar a causa palestina. A primeira intifada, em 1987, estava perdendo poder por volta dos anos de 1990, e a ideia de que esta poderia se tornar além de uma expressão política contrária ao Estado de Israel e se tornar um verdadeiro movimento político, foi perdida.

A OLP se encontrava falida pela decisão de Arafat de apoiar Saddam Hussein. Em Gaza e no West Bank, na mesma época, a criação do Hamas se tornou uma ameaça para a liderança da Organização de Resistencia Palestina, fazendo com que a soma de todos esses fatores resultasse na evidente necessidade de negociação com Israel.

Do lado Israelense, seu primeiro ministro eleito em 1992, Isaac Rabin, observava diversas razões pela qual era necessário negociação com a OLP; Rabin via a posição geográfica de Israel como muito desfavorecida e necessidade, sem dúvidas, de uma estratégia de paz. Israel precisava de paz com os Estados Árabes que faziam fronteira com este, criando assim um “círculo de paz que manteria os Estados mais Radicais (como Irã e Iraque) do lado de fora do círculo” (MORRIS, 2006).

A análise de Rabin no que diz respeito a primeira intifada foi de que esta havia drenado os recursos de Israel e por tanto prejudicou a imagem de Israel no Cenário Internacional. No topo de todos os acontecimentos citados, o Processo de Madrid que acontecia sobre mediação dos EUA no final dos anos de 1991, não estavam mostrando resultado.

No verão de 1993, o Primeiro Ministro Israelense Isaac Rabin, o Presidente Estadunidense Bill Clinton, e o líder da Organização para Liberação da Palestina, Yasser

na trajetória de paz do Oriente Médio, que viriam a ser conhecidos como os Acordos de Paz de Oslo.

Os Acordos de Paz de Oslo aconteceram primeiramente, de forma secreta, para depois ficarem conhecidos pelo mundo inteiro como os acordos que se fizeram revolucionários para a história local. Suas diversas fases e as problemáticas que levaram ao seu desmantelamento em 1996 com a morte do primeiro ministro Israelense Yitzhak Rabin mostraram uma vontade demasiada de uma negociação pelas partes, mas não um comprometimento verdadeiro para a resolução do conflito. O problema é que os dois lados não estavam verdadeiramente abertos a uma negociação para a resolução de conflito, à medida que nenhum dos lados estava pronto para abdicar verdadeiramente do que para eles lhes é visto como direito.

Rabin e Arafat mudaram a história e criaram uma atmosfera de esperança durante os anos em que se esticaram os acordos, com sucessos e derrotas, mas definitivamente um paço para frente na história conturbada da região. Com a morte de Rabin, pode-se dizer que os Acordos de Oslo definitivamente foram enterrados. As palavras de Yasser Arafat, ao descobrir que seu na época “colega” haveria sido assassinado, foram: “eles assassinaram os Acordos de Oslo junto com Rabin”.

O porquê da falha dos acordos de Oslo são inúmeras, mas avaliando-se de uma perspectiva liberal a principal razão da falha dos acordos foi a implementação estratégica falha da forma de negociação, a falta de integração econômica e erros gritantes dos líderes de ambos os locais, além de muitas outras razões elencadas no discurso liberal sobre as falhas das negociações de paz.

Do lado realista, o principal fator para o acontecimento dos acordos de Oslo em primeiro lugar foi a mudança que ocorreu na balança de poder local e internacional, onde a sua falha se deu devido a diversos fatores que se mostram não somente responsáveis pela falha mas também inevitáveis. A falha de um inimigo em comum, o direito de retorno dos refugiados palestinos, o fundamentalismo islâmico, o link direto de Israel com o movimento Sionista, extremamente desprezado pelos palestinos e a falta de uma maior democratização na região do Oriente Médio são alguns dos fatores que explicam porque os acordos de Oslo jamais poderiam ter dado certo.

Por fim, traçando um paralelo dos 25 anos dos Acordos de Oslo e a realidade atual vivida pela região, problemas decisivos como os refugiados palestinos, bacia do Rio Jordão e a sua importância para o abastecimento hídrico israelense, a partição de Jerusalém, a tomada da Faixa de Gaza pelo Hamas e a ascensão da direita Israelense com o Knesset majoritariamente

palestina e Israel, e a tendência é que a segunda nacionalidade prevaleça sob a primeira de forma desigual, à medida que os dois povos merecem um Estado e uma Nação.

## REFERÊNCIAS

**ALY**, Abdel Monem Said, **FIELDMAN**, Shai and **SHIKAKI**, Khalil - “The Failure of Permanent Status Negotiations,” Arabs and Israelis: Conflict and Peacemaking in the Middle East (New York: Palgrave Macmillan, 2013)

**BICKERTON**, Ian and **KLAUSNER**, Carla - A History of the Arab-Israeli Conflict. 7th ed. - Upper Saddle River, N.J.: Pearson Prentice Hall, 2014

**BROWN**, Nathan - “The Hamas-Fatah Conflict: Shallow but Wide,” The Fletcher Forum of World Affairs, Vol. 34, No. 2 (Summer 2010)

**GELVIN**, James – IsraelXPalestina (100 Anos de Guerra) (EDIPRO, São Paulo, 2014)

**KHALIDI**, Walid - “Plan Dalet: Master Plan for the Conquest of Palestine,” Journal of Palestine Studies (Vol. 18 No. 1, Autumn, 1988)

**MORRIS**, Benny - The Birth of the Palestinian Refugee Problem Revisited (Cambridge University Press, 2004)

**PAPPE**, Ilan - “Between Nakba and Independence: The 1948 War,” A History of Modern Palestine

**RYNHOLD**, Jonathan. Liberalism and the Collapse of the Oslo Peace Process in the Middle East. The Whitehead Journal of Diplomacy and International Relations, [S.l.], p. 45-57, jan. 2009. Disponível em: <<http://blogs.shu.edu/diplomacy/files/archives/05%20Rynhold.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

**SHAPIRA**, Anita – Israel (Brandeis University, 2012)

**SHLAIM**, Avi. A Muralha de Ferro: Israel e o Mundo Árabe. 1. ed. Oxford: Editora Ltda., 2004. 773 p. v. 1.

**SHITRIT**, Lihi Ben - "Israel," in *The Middle East*, edited by Ellen Lust (Sage, 2014)

**SUSSER**, Asher and **ATLAS, Duygu**, "The Emergence of the Middle East (Tel Aviv University Press: 2017)